



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP

Alimentação dos cães acolhidos no Canil Municipal de Santa Helena/PR.

1. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133, inciso I, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 4º

O Canil Municipal, instituído pela Lei nº 2.598/2018, foi criado com a finalidade de acolher cães errantes do município de Santa Helena, bem como animais anteriormente assistidos pela Associação Não Governamental – ONG APROA, integrando, dessa forma, as políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar de animais domésticos. Com a implantação do abrigo, tornou-se necessário que o Município assegure condições básicas para seu pleno funcionamento, sendo a alimentação adequada dos animais uma das prioridades essenciais.

A referida Lei estabelece que, enquanto os animais estiverem sob os cuidados do Canil Municipal, compete à Prefeitura garantir o fornecimento de alimentação apropriada, de modo a assegurar a manutenção da saúde e do bem-estar dos animais abrigados.

Atualmente, o Canil Municipal abriga aproximadamente 130 animais, de diferentes idades, portes e condições de saúde, o que demanda atenção contínua e manejo adequado, especialmente no que se refere à alimentação. Muitos desses animais são resgatados em estado de debilidade, com baixo escore corporal, presença de ectoparasitas e histórico de alimentação inadequada, necessitando de suporte nutricional eficiente para recuperação.

Os alimentos comerciais destinados à nutrição animal apresentam diferentes classificações, variando conforme o método de processamento, os ingredientes utilizados e o teor de umidade. No que se refere às rações secas, destacam-se três categorias principais: standard, premium e super premium (CASE et al., 2011).

As rações standard, embora balanceadas, apresentam menor qualidade nutricional, com uso de ingredientes de menor valor biológico, como farinha de carne e ossos, gordura animal e subprodutos vegetais, além de menor digestibilidade. Isso resulta na necessidade de maior consumo para suprir as necessidades nutricionais, maior volume de fezes e menor aproveitamento dos nutrientes (MARTINS; PONTIERI, 2010).

Por outro lado, as rações premium apresentam melhor qualidade de matéria-prima, maior digestibilidade e melhor aproveitamento dos nutrientes, com índice mínimo de aproximadamente 78%. Essa categoria contribui para a manutenção da saúde da pele, pelagem, sistema digestivo e massa muscular dos animais, além de proporcionar maior saciedade com menor volume de consumo, refletindo diretamente na redução do volume de fezes e melhor custo-benefício (CARCIOFI, 2009).

Já as rações super premium possuem qualidade superior, com elevado índice de absorção de nutrientes, porém apresentam custo significativamente mais elevado, o que, no contexto da administração pública, pode impactar a viabilidade econômica da aquisição em larga escala.

Considerando a realidade do Canil Municipal, bem como a necessidade de conciliar qualidade nutricional e viabilidade econômica, a ração da linha premium mostra-se a mais adequada, sendo inclusive já utilizada no abrigo, com resultados satisfatórios na recuperação e manutenção da saúde dos animais.

Além disso, considerando que o Canil abriga cães de diferentes idades e portes, faz-se necessária a aquisição de, no mínimo, três tipos de ração: para filhotes, para cães de porte pequeno e para cães de porte médio/grande, tendo em vista que as necessidades nutricionais variam conforme a fase da vida e o porte do animal.





**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Outro ponto relevante refere-se aos animais que chegam ao abrigo em condições mais críticas, frequentemente com baixo apetite ou resistência à ração seca, especialmente por estarem habituados à alimentação com restos de comida. Nesses casos, torna-se necessária a utilização de alimentos mais palatáveis, como patês, a fim de estimular a alimentação e evitar agravamento do quadro clínico. A adequada nutrição nesses casos contribui para reduzir a necessidade de intervenções medicamentosas mais complexas e onerosas, como tratamentos intravenosos.

Atualmente, as rações vêm sendo adquiridas através de Atas oriundas do Pregão Eletrônico nº 011/2024, que findará em 09/05/2026 e o Pregão Eletrônico nº 061/2024, que vence em 19/08/2026. No primeiro, alguns itens foram anulados em razão de incompatibilidade entre os descritivos e os produtos disponíveis no mercado, tornando necessária a abertura de novo processo para sua adequada aquisição. Diante disso, optou-se por reunir tais itens em um único procedimento, considerando também a proximidade do término dos processos atualmente vigentes.

Por fim, segue em anexo Laudo Veterinário que fundamenta tecnicamente as especificações adotadas para aquisição de rações e patês destinados ao Canil Municipal, reforçando a necessidade de garantir alimentação adequada e de qualidade aos animais sob responsabilidade do Município.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º

PPA - Lei 3.374/2025 de 16/12/2025;

LDO – Lei 3.329 de 17/07/2025, alterada pela lei 3.367/2025 de 01/12/2025;

LOA – Lei 3.373/2025 de 15/12/2025;

Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

PCA – 452 a 455.

Lei Municipal N.º 2.598/2018 - Dispõe sobre a criação, construção e manutenção do Canil Municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133, inciso III, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso II do art. 4º

4.1 A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento no inciso II do art. nº 63 do Decreto Municipal nº 96/2023, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pelo modo de disputa “**ABERTO**”, conforme a seguir transcrito:

Art. 63. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
[...]

II - Quando for conveniente a **aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; [grifo nosso]

Os recursos orçamentários destinados à ação serão do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, ação 2078, referência 323.

O recebimento provisório do material será feito pelo Fiscal de Contrato, devidamente designado.

Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificado a contratada pelos fiscais do contrato para as providências cabíveis.

Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no Anexo I - Análise de Riscos.





**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Lei Federal nº 14.133, inciso V, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso III do art. 4º

5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Tendo em vista que a demanda envolve a aquisição de rações e patês para a alimentação dos cães, busca-se atender ao previsto na Lei nº 2.598/2018, que determina que, enquanto estiverem sob tutela do Canil Municipal, é responsabilidade do Município garantir alimentação adequada, atribuição da Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos.

Como a fabricação desses produtos não é uma atividade realizada pelo Município, a alternativa viável para suprir essa necessidade é a realização de um processo licitatório para a aquisição dos itens.

A partir de levantamento das demandas, considerando o número de animais acolhidos nos últimos meses, foram identificados os produtos necessários para atender às necessidades apresentadas.

Dessa forma, diante da obrigatoriedade de aquisição, foram definidas as seguintes soluções:

SOLUÇÃO 1: AQUISIÇÃO DOS ITENS ATRAVÉS DE CONTRATO

A aquisição dos itens por meio de contrato se mostra inviável, considerando que se prevê o atendimento da demanda por um período de 12 (doze) meses. Nesse cenário, a empresa contratada deveria fornecer a totalidade dos produtos imediatamente após a assinatura do contrato. Contudo, como não se dispõe de um quantitativo exato de toda a ração que será utilizada, visto que apenas foi realizada uma estimativa, e a quantidade necessária pode variar conforme o número de animais acolhidos, não se justifica a realização de um contrato com entrega integral imediata. Além disso, o Município não possui espaço adequado para armazenar a totalidade dos produtos para um período de um ano, o que exigiria grande área e aumentaria o risco de deterioração dos itens, dependendo das condições de armazenamento.

SOLUÇÃO 2: AQUISIÇÃO DOS ITENS ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Embora as rações e patês utilizados na alimentação dos cães abrigados no Canil sejam necessários ao longo de todo o ano, com demanda contínua, não é possível determinar com precisão a quantidade exata que será consumida nesse período. Por essa razão, a forma mais adequada de aquisição é por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, permitindo a compra parcelada das quantidades realmente necessárias, evitando desperdício e uso inadequado dos produtos.

Além disso, considerando que o abrigo municipal não dispõe de espaço suficiente para estocar grandes volumes de ração, essa modalidade se apresenta como a alternativa mais viável, uma vez que possibilita a aquisição das quantidades necessárias em intervalos adequados.

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Diante das soluções identificadas, realizou-se uma análise comparativa para verificar qual alternativa atende de forma mais eficiente e econômica à demanda do Canil Municipal. Foram avaliadas todas as opções disponíveis, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais, bem como histórico de contratações anteriores e práticas do mercado.

A primeira solução, aquisição por contrato, mostrou-se inviável devido à necessidade de fornecimento integral imediato e à limitação de espaço para armazenamento, além da variabilidade no consumo de ração ao longo do ano.

A segunda solução, aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, apresenta maior viabilidade, permitindo compras parceladas de acordo com a necessidade real, evitando desperdícios, garantindo continuidade no fornecimento e adequação ao espaço disponível para estocagem.

Com base nesta análise, a solução mais adequada para atender à demanda de alimentação dos animais é a utilização do Sistema de Registro de Preços, por apresentar melhor equilíbrio entre eficiência, custo e praticidade operacional.





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133, inciso IV, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 4º
Lei Federal nº 14.133, inciso VI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VI do art. 4º

6.1 A estimativa de custos tem como base os valores pagos pelo Município de Santa Helena na contratação atual, sendo retirados das Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 11/2024 e nº 61/2024, totalizando o valor de R\$ R\$ 109.297,20 (cento e nove mil duzentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

ITEM	CATMAT/C ATSER	UNID.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	454123 Aprox.	UNID	180	Patê de carne para cães Proteína bruta (mínimo): 70 g/kg; Extrato etéreo (mínimo): 35 g/kg; Matéria Fibrosa (máximo): 25g/kg; Matéria mineral (máximo): 35g/kg; Cálcio (mínimo): 1200 mg/kg; Cálcio (máximo): 5500 mg/kg; Fósforo (mínimo): 1200 mg/kg; Sódio (mínimo): 400 mg/kg; Zinco (mínimo): 40 mg/kg; Ômega 6 (mínimo): 3500 mg/kg; Embalagem de 280 a 350 gramas.	R\$ 4,49	R\$ 808,20
2	454135 Aprox.	KG	3.000	Ração para cães Filhotes Umidade (máxima): 100g/kg; Proteína bruta (mínimo): 270g/kg; Extrato etéreo (mínimo): 110 g/kg; Matéria Fibrosa (máximo): 35g/kg; Matéria mineral(máximo): 95g/kg; Cálcio (mínimo): 9000 mg/kg; Cálcio (máximo): 18g/kg; Fósforo (mínimo): 7000mg/kg; Sódio (mínimo): 1800 mg/kg; Potássio (mínimo): 4500 mg/kg; Ômega 6 (mínimo): 20g/kg; Tipo Premium ou Premium Especial. Sacas de 10 a 30 kg.	R\$ 6,69	R\$ 20.070,00
3	454128 Aprox.	KG	7.000	Ração para cães Adultos - Pequeno Porte. Umidade (máxima): 100g/kg; Proteína bruta (mínimo): 225g/kg; Extrato etéreo (mínimo): 110 g/kg; Matéria Fibrosa (máximo): 40g/kg; Matéria mineral (máximo): 95g/kg; Cálcio (mínimo): 9000 mg/kg; Cálcio (máximo): 21g/kg; Fósforo (mínimo): 6000mg/kg; Sódio (mínimo): 1000 mg/kg; Ômega 6 (mínimo): 19g/kg; Tipo Premium ou Premium Especial. 4Sacas de 10 a 30 kg.	R\$ 5,70	R\$ 39.900,00
4	454128 Aprox.	KG	8.100	Ração para cães Adultos – Grande Porte. Umidade (máxima): 100g/kg; Proteína bruta (mínimo): 225g/kg; Extrato etéreo (mínimo): 100 g/kg; Matéria Fibrosa (máximo):40g/kg;	R\$ 5,99	R\$ 48.519,00





**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

				Matéria mineral(máximo): 95g/kg; Cálcio (mínimo): 10 g/kg; Cálcio (máximo): 21g/kg; Fósforo (mínimo): 6000mg/kg; Sódio (mínimo): 1000 mg/kg; Ômega 6 (mínimo): 19g/kg; Tipo Premium ou Premium Especial. Sacas de 10 a 30 kg.		
TOTAL						R\$ 109.297,20

* Código do CATMAT (catálogo padronizado de produtos do Governo Federal).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Lei Federal nº 14.133, inciso VII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IV do art. 4º

A solução proposta para a aquisição da alimentação dos cães abrigados no Canil Municipal de Santa Helena tem como objetivo assegurar a nutrição adequada e o bem-estar dos animais, considerando critérios de qualidade, segurança, eficiência e sustentabilidade.

Os produtos devem apresentar validade mínima de 90 dias a partir da data de recebimento.

O prazo para entrega será de até 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de compra ou assinatura do contrato, devendo a entrega ser realizada diretamente no Canil Municipal, situado no prolongamento da Rua das Américas, Baixada Amarela, chácara nº 57.

As quantidades foram estimadas com base no número de animais acolhidos nos últimos meses, podendo ser ajustadas de acordo com os resultados dos programas de adoção em andamento.

Juntamente com a entrega, deverá ser fornecido o Catálogo dos Produtos, contendo todas as informações nutricionais, que serão avaliadas e aprovadas pela veterinária responsável.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133, inciso VIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 4º

A futura contratação deverá ser feita por ITENS em razão da característica técnica e peculiaridade de comercialização no mercado.

Nesse sentido, colhe-se o precedente do TCU consubstanciado no verbete de sua Súmula nº. 247 que expressa:

"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

Coadunado, há de se destacar a necessidade de divisão daqueles itens que superarem o montante de R\$ 80.000,00 em cotas de 25% para fins de aplicação do artigo nº 76 do Decreto Municipal nº 95/2023:

Art. 76. Para cumprimento do contido no artigo 47 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Administração deverá:

I - Realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja aquele previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

II - Estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme inciso III do art. art.





**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Lei Federal nº 14.133, inciso IX, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso X do art. 4º

Por meio desta contratação, o Município visa assegurar a aquisição de alimentos que supram as necessidades nutricionais dos cães abrigados no Canil Municipal, promovendo sua saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Além disso, a medida contribui para a implementação das políticas públicas voltadas a animais domésticos, sendo essencial que o Município forneça alimentação adequada aos animais sob tutela do Canil, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.598/2018.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Lei Federal nº 14.133, inciso X, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XI do art. 4º

Para este fim, a equipe técnica entende que não se faz necessária a adoção de medidas adicionais nem a elaboração de um plano de ação específico para treinamento de fiscalização de contratos, uma vez que os servidores responsáveis pela gestão e acompanhamento desta contratação já possuem experiência consolidada na área.

No que se refere à gestão de estoque e distribuição das rações e patês, é fundamental realizar um acompanhamento eficiente, garantindo o armazenamento adequado dos produtos e o controle rigoroso de sua validade. Além disso, é importante solicitar os itens com antecedência, evitando qualquer interrupção no fornecimento de alimentação aos animais.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Lei Federal nº 14.133, inciso XI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VIII do art. 4º

A equipe declara que não há contratação correlata para essa finalidade, especificamente no que diz respeito a necessidade de aquisição de materiais similares por outras Secretarias.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Lei Federal nº 14.133, inciso XII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XII do art. 4º

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade. A licitação sustentável é também conhecida como compras públicas sustentáveis, eco aquisição, compras verdes, compra ambientalmente amigável e licitação positiva.

Portanto, licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed. DF: 2020).

Os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, em especial quanto à utilização de:

- a) materiais menos agressivos ao meio ambiente.
- b) produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável.
- c) A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;
- d) Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- e) Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada.





**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O
ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XIII do art. 4º

Diante de todo o exposto, declaramos a viabilidade da Contratação, nos termos dispostos no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Santa Helena/PR, 16 de abril de 2026.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas este Estudo Técnico preliminar - ETP,

ALESSANDRA MARIA BUCHE

Chefe de Divisão e Apoio às Políticas Públicas em Saúde

Ciente e de acordo,

DANIEL REMONTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

ANEXO I
Análise de riscos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 16:30 -03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6f85e36af1f59>



Risco 1	Risco	Atraso na contratação		
	Probabilidade	Média	Impacto	Alto
	Danos			
	1. Atraso na contratação, prejudicando o fornecimento de alimentação aos animais abrigados no Canil Municipal; 2. Metas e benefícios não serão atingidos.			
	Ações preventivas		Responsável	Prazo
	Análise criteriosa das soluções disponíveis no mercado		Área demandante	Por ocasião da demanda
	Ações de mitigação ou contingência		Responsável	Prazo
		Alinhamento dos requisitos da contratação com as soluções encontradas no mercado, através da elaboração do ETP	Área demandante	Por ocasião da demanda

Risco 2	Risco	Dimensionamento incorreto dos quantitativos		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Médio
	Danos			
	1. Probabilidade de a estimativa sobre o quantitativo ser maior ou menor que a efetiva demanda; 2. Estimativa de custo da contratação prejudicada.			
	Ações preventivas		Responsável	Prazo
	Estudo comparativo das quantidades históricas de aquisição, utilizados como parâmetro para a atual contratação.		Fiscalização da contratação	Por ocasião do ETP
	Elaboração de padrão de utilização de produtos.		Área demandante	Por ocasião do planejamento
	Ações de mitigação ou contingência		Responsável	Prazo
		Controle e acompanhamento dos pedidos de produtos pelos órgãos durante a vigência da ARP.	Fiscal de contrato	Durante a vigência da ARP

Risco 3	Risco	Descumprimento contratual grave ou inexecução		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
	Danos			
	1. Não efetivação da entrega dos produtos pela empresa contratada; 2. O fornecimento de alimentação aos animais abrigados no Canil Municipal será prejudicado;			
	Ações preventivas		Responsável	Prazo
	Controle rigoroso de prazos de entrega, com aplicação de notificações sempre que houver pequenos descumprimentos.		Fiscalização da contratação	Por ocasião da entrega
	Previsão clara e objetiva de sanções a serem aplicadas no caso de descumprimento parcial ou total		Área demandante	Por ocasião do ETP



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 16:30 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6185e36af1f159>



Ações de mitigação ou contingência	Responsável	Prazo
Aplicação das sanções previstas em Edital.	Fiscal e Gestor de contrato	Durante a vigência da ARP